



**PGTA
da Terra
Indígena
Cué Cué
Marabitanas**

Plano de Gestão Territorial e Ambiental

2020





**PLANO DE GESTÃO
TERRITORIAL E
AMBIENTAL DA
TERRA INDÍGENA
CUÉ CUÉ MARABITANAS**

EXPEDIENTE:

Iniciativa O Plano de Gestão da Terra Indígena Cué Cué Marabitanas é resultado de um longo processo de construção coletiva em que participaram lideranças, jovens, homens e mulheres. Trata-se de uma iniciativa liderada pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), em cooperação com a Coordenadoria Regional das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX), e as associações indígenas de base: ACIARN, ACIBARN, ACIPK, AIDCC, AMIARN, OCIARN e OINV.

Realização Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) — <https://foirn.org.br/> — e Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX)



Diretoria Executiva da FOIRN 2017-2020

Marivelton Rodrigues Barroso – Baré – Diretor Presidente
Nildo José Miguel Fontes – Tukano – Diretor Vice-presidente
Isaías Pereira Fontes – Baniwa – Diretor
Almerinda Ramos de Lima – Tariano – Diretora
Adão Francisco Henrique – Baré – Diretor

CAIARNX 2017-2020

Pascoal Gonçalves Filho – Baré – Coordenador
Tiago Fernandes Sampaio – Tukano – Vice-coordenador
Antônio Candido Baltazar – Werekena – Secretário
Ronaldo Ambrósio Melgueiro – Baré – Tesoureiro

Endereço

Av. Álvaro Maia 79 – Centro – São Gabriel da Cachoeira-AM,
CEP: 69750-000 – Caixa Postal 42

foirn@foirn.org.br

Assessoria Instituto Socioambiental (ISA)



Comissão de Governança dos PGTAs das TIs do Alto e Médio Rio Negro: FOIRN, ISA, CR-RNG Funai e ICMBio

Organização e edição da publicação

Renato Martelli Soares

Colaboração de edição e revisão Carla Dias

Colaboração nos processos e registros das discussões e oficinas

Alberto Camico, Alcimar Resende, Antônio Candido Baltazar, Carla Dias, Flavio Bocarde, Gabriel Ribeiro dos Santos, Luciana Uehara, Mauro Pedrosa, Nilson Farias, Pascoal Gonçalves Filho, Renato Martelli Soares, Tulio Caio Binotti e Wilde Itaborahy.

Apoio para realização e participação nas oficinas de discussão

ACIYA (Asociación de Capitanes Indígenas de Yaigojé-Apapóris), DSEI-ARN (Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro), Exército Brasileiro, Fiocruz Amazônia (Fundação Oswaldo Cruz), Funai (Fundação Nacional do Índio), ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), IFAM (Instituto Federal do Amazonas), Ministério do Meio Ambiente, SEMED-SGC (Secretaria Municipal de Educação), UFAM (Universidade Federal do Amazonas) e SEMA-AM (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas).

Mapas Renata A. Alves

Projeto Gráfico Rafael Miranda

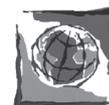
Colaboradores todas as lideranças e moradores das comunidades da TI Cué Cué Marabitanas que participaram das oficinas e fóruns de consulta do PGTA.

Apoiadores Financeiros



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



ALIANÇA PELO CLIMA



EMBAIXADA DA NORUEGA



GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION



União Europeia

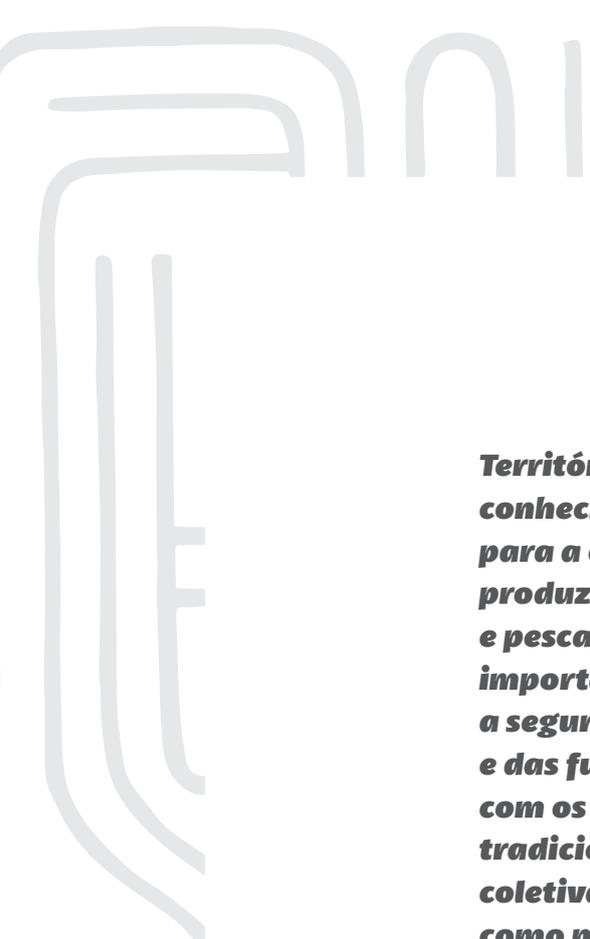
HORIZONT
3000

ORGANIZAÇÃO AUSTRIACA DE
COOPERAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO

O conteúdo desta publicação não reflete necessariamente a posição das instituições que a apoiaram financeiramente.

Sumário

7	I – A Terra Indígena Cué Cué Marabitanas
12	II – Processo de elaboração do PGTA na região
18	III – Resultados das entrevistas e levantamento socioambiental
25	IV – Propostas e demandas para gestão territorial da Terra Indígena Cué Cué Marabitanas
41	V – Indicações para resolução de conflitos na Terra Indígena Cué Cué Marabitanas
43	VI – Conclusão e prioridades
45	Lista de comunidades e sítios visitados pelo levantamento socioambiental
46	Siglário



Território na nossa concepção é onde gerimos conhecimentos. O território nos dá recursos para a construção de casas, alimentação, produz as roças, elementos medicinais, caça e pesca. Nos dá bem viver e bem estar. A importância do Território é para garantir a segurança desse bem viver da presente e das futuras gerações, tendo a ligação com os valores culturais e com as ciências tradicionais, trazendo o benefício de forma coletiva ao território e enxergando-o não como propriedade particular, mas sim da coletividade.

Grupos de trabalho da ACIBARN e ACIPK na assembleia regional de 2018

— Yasaru yamã kua guverãsa, ae uyupurugitawa kua PGTAs upe ae yepe yarikurã yane direitu yaneyara yãde idijinaita.

Esperamos que essa governança de que falamos nos PGTAs seja um direito pela autonomia dos povos indígenas.

Oficina de validação do PGTA, novembro de 2019



I – A Terra Indígena Cué Cué Marabitanas

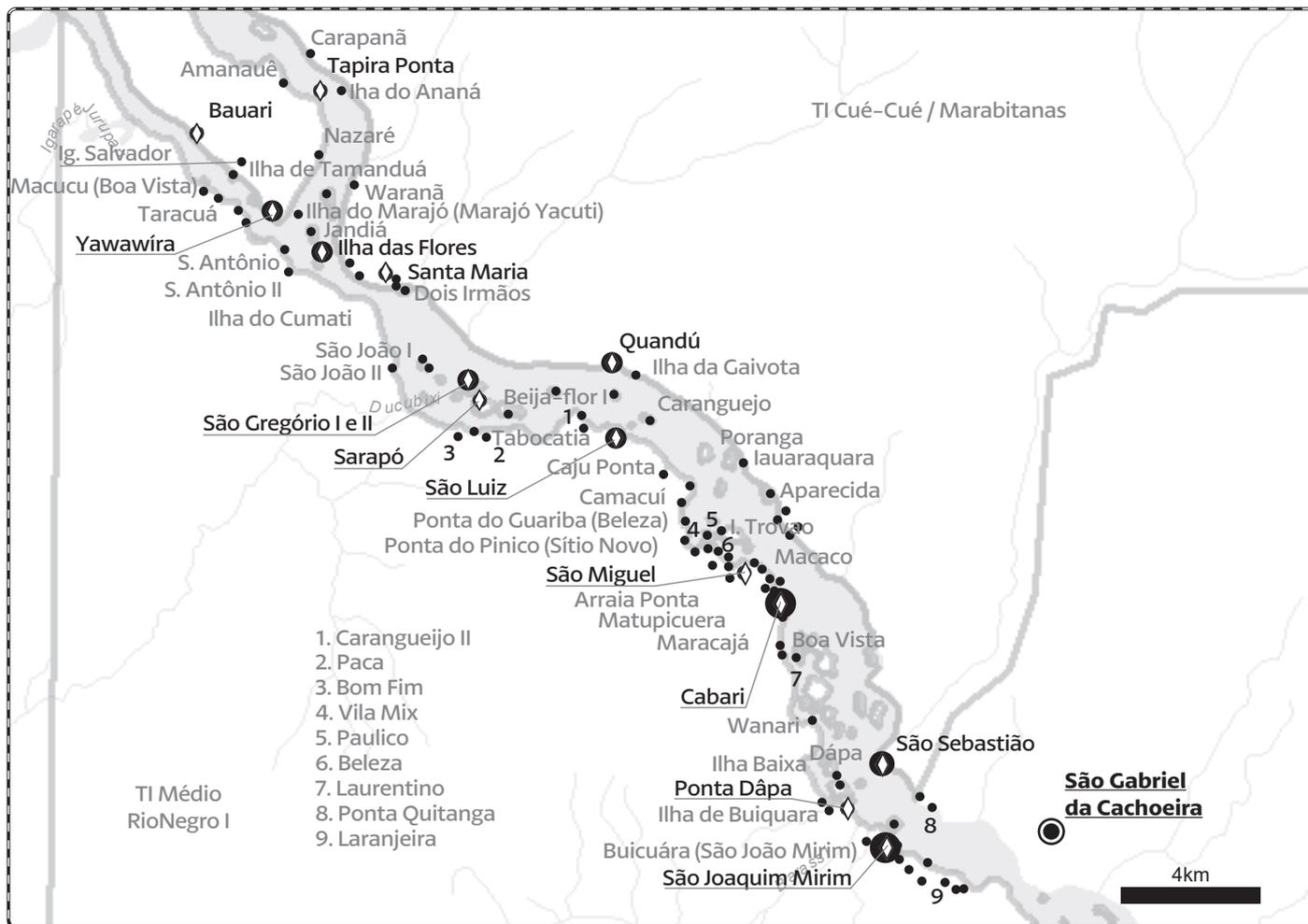
A Terra Indígena Cué Cué Marabitanas é ocupada tradicionalmente por nós povos indígenas do Rio Negro há muitas centenas de anos nesta região caracterizada pela diversidade socioambiental. O sistema agrícola tradicional do Rio Negro, os ciclos rituais, as práticas de pesca e caça, as narrativas mitológicas e nossa cultura material formam este mosaico sociocultural do médio e alto Rio Negro.

A primeira portaria de identificação da Funai da Terra Indígena (TI) Cué Cué Marabitanas foi em 2003 (nº776) e somente dez anos depois, em 2013, a TI foi declarada pelo Ministério da Justiça como Terra Indígena (Portaria nº1.703). Para que seja finalizado o processo completo de reconhecimento pelo Estado Brasileiro, com a homologação, é preciso ainda realizar a **demarcação física**. No entanto, é importante sublinhar e deixar claro que as etapas do processo de reconhe-

Localização da TI Cué Cué- Marabitanas



Entorno de São Gabriel da Cachoeira, das comunidades de Tapira Ponta a São Sebastião



Legenda

Áreas Protegidas

▭ Terras indígenas

Unidades de conservação

▭ Parque Nacional do Pico da Neblina (Proteção integral)

● Sede municipal

— Estrada não pavimentada

- - - Estrada fechada

- · - Estrada secundária

Comunidades e população

● até 40 pessoas

● 41 - 98

● 99 - 235

● 236 - 382

● Outras comunidades

● sítios

Associações e sedes

☆ ACIARN e AMIARN

☆ ACIARN

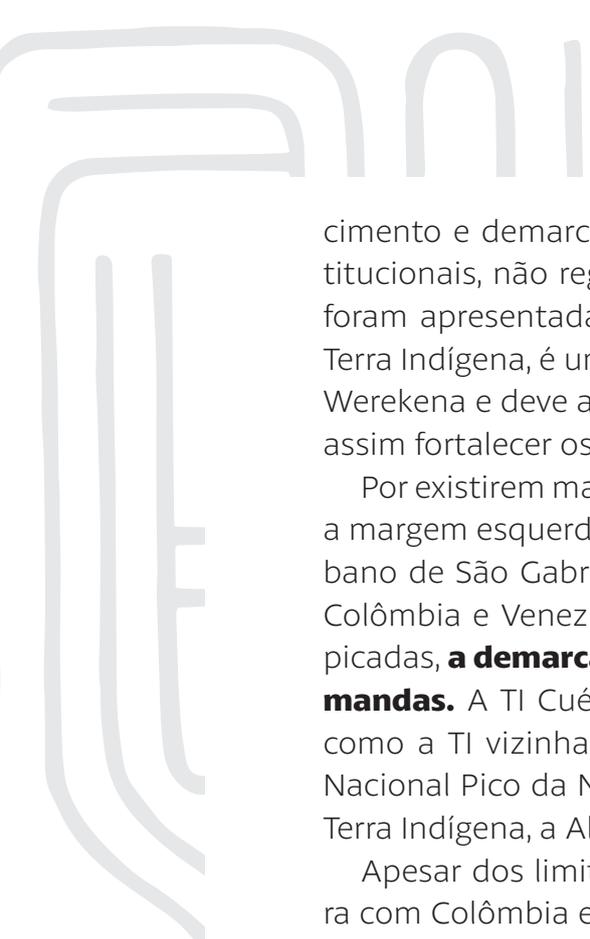
◇ ACIPK

◇ ACIBARN

□ AIDCC

⊗ OCIARN

Fontes: Base cartográfica IBGE, Áreas Protegidas (ISA) e Comunidades - ISA/FOIRN. Mapa elaborado pelo ISA, junho de 2020.



cimento e demarcação, de acordo com os direitos indígenas constitucionais, não regressarão uma vez que contestações formais não foram apresentadas. Ou seja, nosso território está declarado como Terra Indígena, é um território de presença histórica dos povos Baré e Werekena e deve avançar em sua demarcação física, homologação e assim fortalecer os direitos indígenas.

Por existirem marcos físicos e geográficos pré-estabelecidos, como a margem esquerda do Rio Negro, de Cucuí ao entorno de centro urbano de São Gabriel da Cachoeira; a fronteira nacional entre Brasil, Colômbia e Venezuela; o trecho norte da estrada BR 307; e antigas picadas, **a demarcação física está facilitada e é uma de nossas demandas.** A TI Cué Cué Marabitanas tem 789 mil hectares e, assim como a TI vizinha Balaio, conta com áreas sobrepostas ao Parque Nacional Pico da Neblina. Na margem direita, ou à oeste, está outra Terra Indígena, a Alto Rio Negro.

Apesar dos limites entre Terras Indígenas e das faixas de fronteira com Colômbia e Venezuela é importante ressaltar que as pessoas articulam-se desde tempos muito antigos em uma grande rede de trocas por onde circulam objetos, cultivos agrícolas, narrativas, línguas e elementos cosmológicos. Nossos saberes e fazeres compõem e definem este macroterritório. A mobilidade e estas redes de troca e intercâmbios socioculturais fazem parte da gestão territorial criando e fortalecendo sua diversidade cultural e biológica.

De acordo com as comunidades locais, entrevistadas no levantamento socioambiental FOIRN e ISA (2017/18), a população residente dentro dos limites da Terra Indígena Cué Cué Marabitanas é de **1.693 pessoas e 376 famílias.**



Na região do alto rio Negro e rio Xié, durante o processo de construção do PGTA, foi estabelecido que as **associações indígenas são instâncias essenciais para a gestão territorial, articulação entre comunidades, defesa dos direitos coletivos, representação das populações indígenas e desenvolvimento de projetos de desenvolvimento sustentável**. O movimento indígena no Rio Negro tem uma notável organização e mobilização em associações indígenas de base, coordenadorias regionais e uma federação, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Dentro desta organização nós moradores e moradoras da TI Cué Cué Marabitanas participamos com nossas associações de base, fazemos parte da Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX) e elegemos representantes na diretoria e conselho diretor da FOIRN. As associações indígenas, responsáveis pela representação das comunidades, atuantes na TI são:

- ACIARN – Associação das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro
- ACIBARN – Associação das Comunidades Indígenas Baré do Alto Rio Negro
- ACIPK – Associação das Comunidades Indígenas Putira Kapuamu
- AIDCC – Associação Indígena de Desenvolvimento Comunitário de Cucuí
- AMIARN – Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro
- OCIARN – Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro
- OINV – Organização Indígena Nova Vida





II – Processo de elaboração do PGTA na região

Desde o início, o processo de elaboração do PGTA buscou ser um processo aberto e participativo, com protagonismo nosso das comunidades e associações indígenas, e que reunisse diversos atores atuantes nas Terras Indígenas.

A elaboração deste PGTA iniciou-se com a oficina inaugural que aconteceu em outubro de 2015 na comunidade de Juruti. Para esta oficina foram mobilizadas cerca de 45 comunidades da região do Alto Rio Negro, do Rio Xié e do Balaio. Participaram aproximadamente 200 pessoas. Na ocasião, os participantes decidiram se organizar em grupos de acordo com as associações locais para os próximos levantamentos e atividades de elaboração. Esta forma de organizarmos nossos encontros, via grupos de associações, foi o modo que usamos para trabalhos em grupos, revisão de informações e elaboração de propostas. Estes grupos foram sempre seguidos por apresentações e debates com todos participantes. Na oficina inaugural, além de aprofundar a discussão e o entendimento do que são e para quê servem os Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA, os participantes traçaram um panorama inicial de suas comunidades e registraram problemas e potenciais que compõem este plano. Ou seja, as ações a serem realizadas internamente, entre comunidades na TI, e externamente, com instituições governamentais e da sociedade civil.





Foto I – Grupo de trabalho durante a oficina inaugural do PGTA em Juruti, outubro de 2015, Renato Martelli Soares/ISA

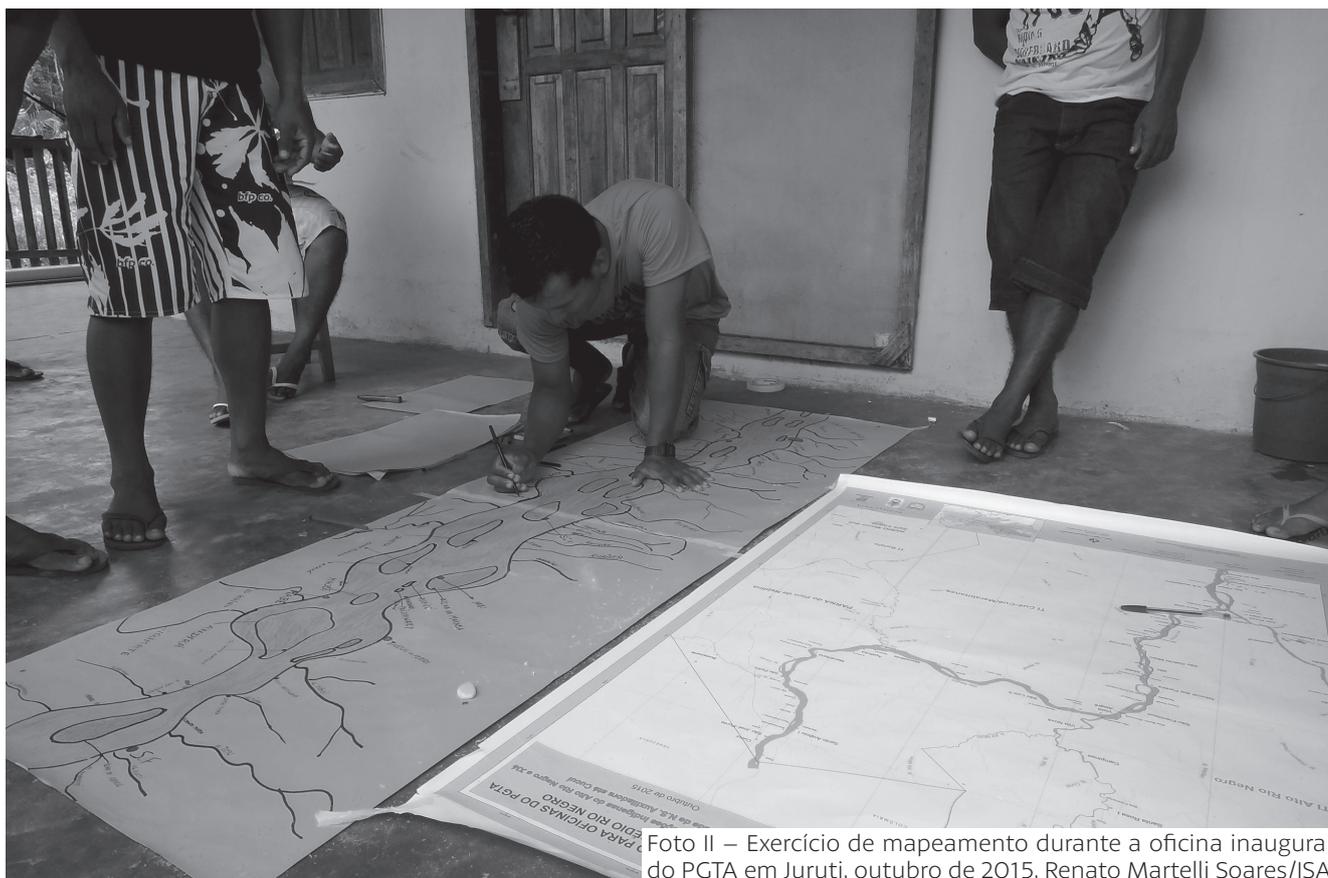


Foto II – Exercício de mapeamento durante a oficina inaugural do PGTA em Juruti, outubro de 2015, Renato Martelli Soares/ISA



Foto III – Adelina Sampaio realiza entrevista para o levantamento socioambiental em Cucuí, setembro 2016, Renato Martelli Soares/ISA



Foto IV – Assembleia regional de validação do PGTA da CAIARNX, Juruti, setembro 2018, Renato Martelli Soares/ISA



Foto V – Elisângela S. Costa, da Terra Indígena Cué-Cué/Marabitanas (AM) e então coordenadora do Departamento de Mulheres da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Maio 2018. Carol Quintanilha / ISA

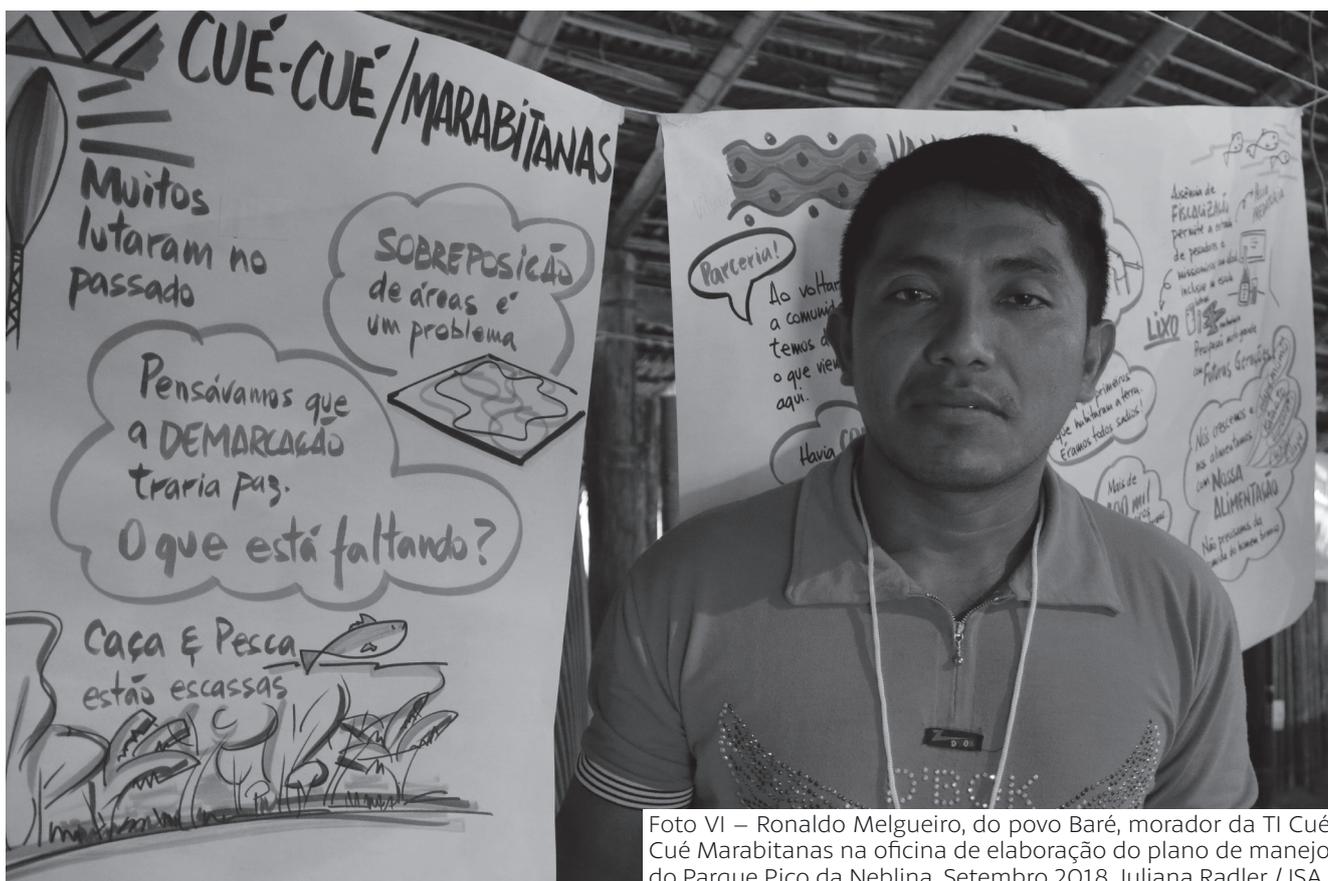


Foto VI – Ronaldo Melgueiro, do povo Baré, morador da TI Cué Cué Marabitanas na oficina de elaboração do plano de manejo do Parque Pico da Neblina. Setembro 2018. Juliana Radler / ISA

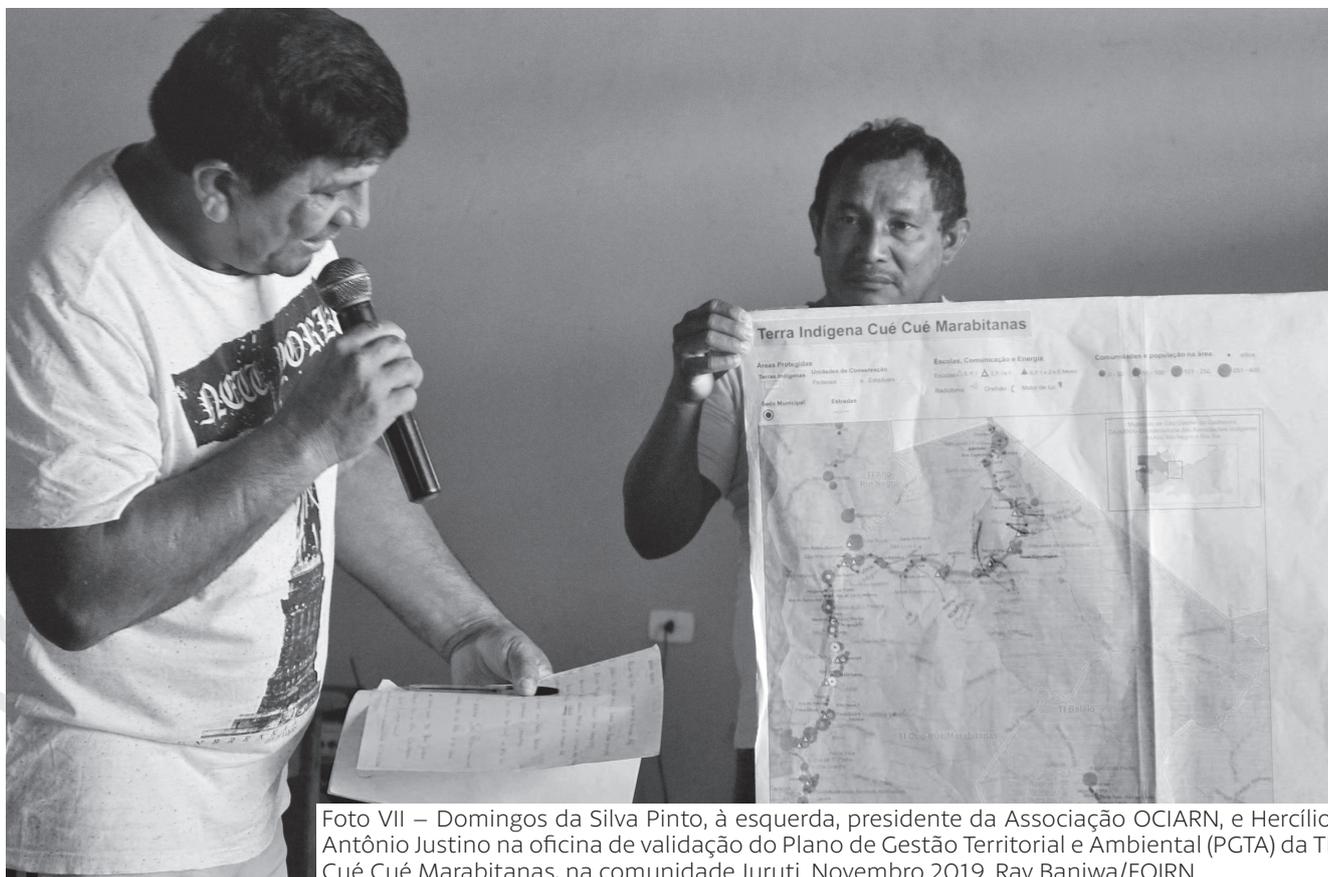


Foto VII – Domingos da Silva Pinto, à esquerda, presidente da Associação OCIARN, e Hercílio Antônio Justino na oficina de validação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Cué Cué Marabitanas, na comunidade Juruti. Novembro 2019. Ray Baniwa/FOIRN

O passo seguinte foi o treinamento dos pesquisadores indígenas que contou com participantes das cinco regionais da FOIRN em um grupo de trabalho que ficou conhecido como GT-PGTA. Da TI Cué Cué Marabitanas participaram lideranças, entre as quais mulheres e jovens indígenas, das nossas associações, coordenadoria regional e diretoria da FOIRN. Após o treinamento houve o amplo esforço de passar por todas as comunidades e sítios da região para o levantamento socioambiental, descrito abaixo. Este foi feito por meio de entrevistas com as comunidades e famílias, bem como fotos e um cadastro censitário – com idade, gênero e etnia por morador. As entrevistas e cadastros foram feitos por um aplicativo chamado *Open Data Kit* (ODK), usado pelos pesquisadores em tablets. Os formulários foram então transferidos e revisados em uma base de dados comum às TIs do médio e alto Rio Negro. Depois destes esforços, o GT-PGTA se reuniu em três oficinas específicas. A primeira, em 2017, para analisar as informações do levantamento socioambiental e preparar a rodada de consultas sobre estas informações em comunidades estratégicas; a segunda, também em 2017, foi a oficina na Ilha de Duraka cujo objetivo foi consolidar os resultados das consultas realizadas – feitas na TI Cué Cué Marabitanas pela ACIARN, ACIBARN, ACIPK e OCIARN – e

promover mesas de diálogos com instituições municipais, estaduais e federais; a terceira, em 2018, preparou a validação da primeira versão do PGTA da CAIARNX, mais abrangente e menos específico que os PGTAs por Terras Indígenas, na assembleia regional da FOIRN que ocorreu em setembro de 2018 na comunidade Juruti. Nesta assembleia indicamos os representantes para apresentar este PGTA dois meses depois à assembleia geral da FOIRN em Santa Isabel do Rio Negro. Deste PGTA regional foi elaborado este Plano específico da TI Cué Cué Marabitanas que contou com sua própria oficina de validação, novamente em Juruti em novembro de 2019. Mais uma vez formamos grupos de trabalho por associações e revisamos e validamos este nosso Plano.

Ou seja, esta sub-região seguiu os passos de elaboração dos PGTAs do médio e alto Rio Negro com momentos de maior concentração – como a oficina inaugural, a assembleia em Juruti e as consultas – momentos comunitários como o levantamento socioambiental e as conversas entre comunidades, diálogos com instituições, períodos de análise de informações e preparação de agendas.

A construção dos PGTAs é fruto de uma ação coletiva na qual as comunidades, lideranças, instituições e todos que participaram são atores centrais. No entanto, a fim de registrar a presença nestas etapas de concentração e planejamento é importante destacar a presença e esforço das lideranças da CAIARNX (Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié), das associações de base mencionadas acima e do DMIRN/FOIRN (Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro). O esforço tripartite entre FOIRN, Coordenação Regional do Rio Negro da Fundação Nacional do Índio (CR RNG-Funai) e Instituto Socioambiental (ISA) também foi fundamental para a preparação de todas as etapas, sua realização e continuidade do processo.

Como foi dito por Renato Matos, liderança regional, na oficina de validação deste plano, realizada em novembro de 2019 em Juruti: “Este documento é para nós dialogarmos, aprovar esse PGTA me deixa emocionado pois há 40 anos pressionamos para fazer nossos direitos constitucionais.” Com o PGTA estamos cumprindo uma missão de trazer os anseios e desejos das comunidades para as políticas públicas, estamos dizendo o que e como precisa ser feito. Esperamos também que não haja divisão entre as comunidades e sim acordos e bem viver. **Yapurugita yaiku rã purãga, asui yaiku rã purãga yane reda wasu itarupí.** O diálogo para o bem viver está na organização da convivência comunitária.



III – Resultados das entrevistas e levantamento socioambiental

Na TI Cué Cué Marabitanas os pesquisadores indígenas que participaram do levantamento socioambiental FOIRN e ISA foram Alberto Evangelista Camico , Antônio Candido Baltazar, Nilson Melgueiro Farias e Pascoal Gonçalves Filho sendo que em Cucuí e no entorno do núcleo urbano de São Gabriel da Cachoeira houve a colaboração de Adelina de Assis Sampaio, Alcimar Resende, Mauro Pedrosa, Renato Martelli Soares, Rosivaldo Miranda e Wilde Itaborahy. Esta equipe participou, em São Gabriel da Cachoeira, do treinamento em agosto de 2016 e na sequência articulou com lideranças, principalmente capitães das comunidades, para comunicar e convocar comunitários com antecedência o que garantiu maior participação. Nesta seção vamos ver os resultados das entrevistas com as comunidades, com as famílias e do censo.

Entrevistas com os moradores das comunidades

Foram entrevistados na Cué Cué Marabitanas **23 comunidades e 3 sítios**, além dos sítios associados às comunidades cujos moradores estão contemplados nos formulários destas. Mas esses números não esgotam a totalidade de número de locais de ocupação, uma vez que há sítios associados às comunidades e ou de moradas temporárias que não foram entrevistados. Há também casos de locais de moradia onde as pessoas não estavam nos momentos em que a equipe passou para realizar o levantamento socioambiental. Segundo os resultados do levantamento socioambiental FOIRN e ISA foram contabilizadas 376 famílias e 1.693 pessoas na região, sendo que dessas 1.545 foram cadastradas segundo gênero, idade e etnia.

Migração e mobilidade

Sobre migração, o levantamento apontou que nos últimos dois anos 53 famílias mudaram *para* as comunidades da região da CAIARNX. Isto indica um movimento na própria região e sugere que a migração não é somente de êxodo aos centros urbanos. Quanto ao número de famílias que se mudaram *das* comunidades nesse período de dois anos, foram contabilizadas 70 famílias. A maior parte dessas pessoas se mudaram para o centro urbano de São Gabriel da Cachoeira. Apesar dos motivos muitas vezes combinarem uma série de fatores, os dois principais motivos apurados no levantamento foram acesso à educação escolar e a busca por oportunidades de geração de renda. Somente um caso de migração foi respondido como sendo devido à escassez de recursos. É importante considerar que existe um movimento das famílias entre cidade e comunidades, ou seja a migração não é considerada por nós como definitiva. Um exemplo é de jovens que estudam na cidade mas que, por orientação das famílias, devem retornar.

Religião, rituais e benzedores

De acordo com o levantamento na sub região 201 famílias são católicas enquanto 154 famílias são evangélicas. É importante notar que estas religiões, apesar de originadas em contextos não indígenas, são apropriadas pelas comunidades que lhe aferem características próprias do seu contexto através de traduções, da realização de eventos como festas de santo ou ceias evangélicas e da convivência com conhecimentos dos antigos, de benzedores e com a realização de rituais.

O levantamento registrou que 13 comunidades possuem benzedores. No total, apurou-se que há 24 pessoas na TI com estes importantes conhecimentos e práticas. É importante notar que há diferentes categorias de benzedores e conhecedores e que neste levantamento foram todos somados.

O levantamento indicou que na região há desde festas e danças tradicionais como dabucuri, mauaku, dança do macaquinho, cururu, wakarâ, ambaúba e veado até as mais recentes como festas juninas, quadrilhas, boi bumbá, festas de santo, conferências e santas ceias evangélicas, jogos esportivos indígenas e celebração de feriados nacionais. As festas tradicionais, entre outras funções, mantêm a memória da cultura viva, realizam troca de benzedimentos e de alimentos, mobilizam as comunidades, preparam roças e oferecem proteção.

Escola formal

Quanto à educação escolar, o levantamento apontou que há 22 escolas que funcionam nas comunidades, ou seja, grande parte das comunidades na TI possuem as próprias escolas, construídas pelo governo (11) e pela comunidade (10). Se a oferta de ensino escolar nas comunidades é expressiva há problemas referentes ao transporte, qualidade de ensino, alimentação escolar e continuidade dos estudos. O ensino médio, por exemplo é ofertado em somente duas comunidades.

Destas escolas, somente 2 (Cucuí e Madahaico/Canãa) possuem Projetos Políticos Pedagógicos Indígenas (PPPIs), ferramenta central da escola para estabelecer suas diretrizes e metodologias, elaborados nas escolas. A maior parte, 11 escolas, estão com seus planos em elaboração e 9 afirmaram não possuírem PPPIs.

Sobre um tema que envolve escola, segurança alimentar e o sistema agrícola do rio negro, a merenda regionalizada, o levantamento apontou que 12 escolas da região acessaram em algum momento este programa. No entanto, a experiência não está ativa e estes casos ocorreram de 2005 a 2011. Em 2019, através de um esforço da FOIRN, Associações Indígenas, CAIARNX, ISA e Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos do Amazonas e MPF-AM Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) essa pauta voltou a ser organizada e esperamos que seja fortalecida e efetiva.

Sobre o ensino superior, houve o registro de 9 comunidades onde 26 pessoas cursam este nível de formação. As universidades frequentadas são Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituto Federal do Amazonas (IFAM) e Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Os cursos são Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável, Biologia, Bioquímica, Nutrição, Física e Pedagogia. Há também 12 comunidades onde 34 pessoas são formadas no ensino superior pela UEA e UFAM. Os cursos registrados no levantamento são Letras, História, Educação Física, Ciências Sociais, Ciências Humanas, Ciências Naturais, Pedagogia, Matemática, Geografia, Biologia e Artes Plásticas.

A maioria destas pessoas que concluíram o ensino superior trabalha nas comunidades para instituições de ensino da região, escolas e secretarias de educação (SEDUC-AM e SEMED-SGC). No entanto, nas oficinas do GT para elaboração dos PGTA's foi apontado que apesar de haver mais pessoas formadas no ensino superior, se observa que isso não significa que a questão da qualidade de ensino escolar esteja resolvida, nossas escolas ainda enfrentam muitos desafios.

Comunicação, energia e água potável

Sobre a radiofonia, o levantamento indicou que há 11 comunidades com estações, mesmo número registrado no levantamento das que não têm esse meio de comunicação. Há ainda um caso onde o rádio está quebrado. Este meio de comunicação, em grande parte da região do alto e médio Rio Negro, é a única forma de se comunicar com outras comunidades e instituições responsáveis pela saúde e educação. Na TI Cué Cué Marabitanas há somente dois aparelhos que funcionavam no momento do levantamento e cinco aparelhos quebrados.

Manejo do lixo

Outro tema abordado no levantamento foi o lixo. Em seis das comunidades/sítios foi respondido de que o lixo é um problema, ou seja, mais de 20%. O formulário detalha então sobre os tipos de lixo e seus destinos.

Sobre pilhas e baterias a maioria dos locais, 11, enterra-os; 9 não possuem destino organizado para as pilhas e baterias, lixo com alto potencial tóxico. Sobre o plástico 24 locais queimam os resíduos, prática também com riscos à saúde e com consequências consideráveis para o meio ambiente. Sobre as latarias, o mais comum é depositá-las em um buraco ou destino específico, 10 casos, e em 7 locais são queimadas, e há 6 lugares que as enterram. Finalmente, sobre o lixo de papel quase todas, todas comunidades e sítios registrados no levantamento, queimam o papel que usam. Há ainda dois casos onde o papel é depositado em local específico e um em que é enterrado.

O GT da CAIARNX apontou a necessidade de apurar melhor os locais e práticas de descarte de lixo, registrando-os em fotos e com GPS para ser traçado um retrato apurado do descarte de produtos industrializados. Vemos que esta iniciativa seria uma forma também de incentivar o debate sobre o destino do lixo nas comunidades.

Na questão da energia, há 6 locais com geradores à diesel de uso comum funcionando e em 3 registros estão quebrados. A potência destes geradores variam entre 18 e 5 Kva e para seu uso a forma mais comum para angariar o diesel é através de colaborações familiares (vaquinha). Foram registrados também 66 geradores de uso familiar. No distrito de Cucuí e a zizinha São José/Ponte há fornecimento de energia através de termelétricas que eram gerenciadas pela Amazonas Energia que foi comprada pela Oliveira Energia em leilão de 2018. Há ainda 3 locais onde existem kits solares para geração de energia.

Sobre água potável o maior consumo é o via coleta da chuva, 18 comunidades e sítios. Na sequência há 4 locais que consomem água do rio. Em Cucuí e São José a água vem de dois poços artesianos e dois poços comuns.

Saúde

Quanto aos/às Agentes Indígenas de Saúde (AIS) há na TI 17 agentes que vivem nas próprias comunidades. Esta iniciativa de formação é uma reivindicação de longa data do movimento indígena e caminha em conjunto com a luta pelos direitos indígenas. Na região das TIs do Rio Negro estes agentes foram formados em uma iniciativa conjunta entre FOIRN e Fiocruz Amazônia que buscaram e

continuam buscando o apoio das instituições oficialmente responsáveis pela saúde indígena (DSEI-ARN e SESAI) além de realizar parcerias com as secretarias estadual e municipal de educação para estabelecer uma formação de base para os/as agentes.

Quanto ao atendimento de saúde nas comunidades, o levantamento registrou que 19 comunidades consideram-no regular e quatro avaliam que é ruim. Nenhuma comunidade da TI afirmou que o atendimento é bom. Sobre a frequência de atendimento nas comunidades foi registrada uma variação de visitas às comunidades entre quatro e nenhuma nos últimos 12 meses a partir do momento do levantamento. Enfermeiros visitaram quatro comunidades 4 vezes nesse período, cinco comunidades tiveram 3 vezes as visitas, seis comunidades contaram com 2 visitas e a maior parte, oito comunidades, foram visitadas por enfermeiros 1 vez nos últimos 12 meses a partir da data do levantamento. Para o caso de visitas por médicos, duas comunidades tiveram quatro visitas anuais, fato raro na região, três contaram com 3 visitas, seis comunidades foram visitadas 2 vezes e a maioria, nove comunidades, contaram com 1 visita de médico. Para visitas por dentistas, o mais comum também é uma visita nos últimos 12 meses como mostra o registro em treze comunidades.

O levantamento registrou na TI que nos dois últimos anos houve 17 casos de mordida de cobra, 12 casos de microfilária e 8 acidentes (quedas, afogamentos etc). Há também o alto registro de casos de malária, 198 no total. No entanto este número é maior e é necessário atentar para casos em que comunidades com muita incidência desta doença não souberam informar a quantidade exata de registros, que se registrados,

aumentariam ainda mais este número. Há ainda oito casos registrados de doenças da mulher.

Sobre o consumo de bebida alcoólica, oito comunidades afirmaram que esse consumo é um problema na comunidade. O levantamento indicou quatro possibilidades que partiram de duas questões, se a bebida é um problema na comunidade e se há regras ou restrições da comunidade para seu comércio. Quatro comunidades responderam que não é um problema e há regras ou restrições. Outras cinco apontaram que há problemas com o consumo mesmo com regras da comunidade sobre o assunto. Três comunidades afirmaram haver problemas e não possuem regras sobre o consumo. Em nove casos foi apontado que a bebida não é um problema e não há regras ou restrições para seu consumo.

Benefícios sociais

Um tema crescente no cotidiano da região é a monetarização e o acesso a benefícios sociais. O levantamento contabilizou 91 pessoas assalariadas na TI. Já 83 homens e 78 mulheres recebiam aposentaria na época do levantamento. Quanto às mulheres que receberam salário maternidade, nos últimos doze meses, o levantamento apontou 40. Ainda segundo as entrevistas comunitárias, 216 famílias da Terra Indígena acessam o Bolsa Família, ou seja, quase 60%. Um dos problemas, comum à região, é a necessidade de deslocamento periódico para o centro urbano de São Gabriel da Cachoeira que é custoso e dificulta a atualização das burocracias necessárias.

Governança e movimento indígena

Sobre as associações indígenas, como dito acima as comunidades da TI Cué Cué Marabitanas contam com a representação das associações indígenas: OCIARN; OINV; AIDCC; ACIARN; AIBARN; ACIPK e; AMIARN. Estas associações são representantes das comunidades e devem levar as reivindicações e propostas que temos para as instituições. Apesar desta rede de associações ter um histórico de 30 anos na região e contar com uma série de projetos realizados, há desafios e dificuldades. Apenas 5 das comunidades entrevistadas na TI tinham participado de projetos nos últimos dois anos a contar do momento do levantamento. As dificuldades registradas pelo levantamento foram dívidas, principalmente de regularização, em 8 casos, falta de disponibilidade das lideranças em 7 casos e falta de recursos em 4 casos. Somente uma comunidade respondeu que conflitos impediam a associação de funcionar.

Resultados das entrevistas com as famílias residentes da TI Cué Cué Marabitanas

O levantamento socioambiental como um todo entrevistou 3.638 famílias em seus domicílios. Dessas, 257 foram da TI Cué Cué Marabitanas. Esta entrevista com as famílias foi direcionada às atividades de produção e segurança alimentar. Por meio das perguntas as famílias esclareceram questões relacionadas a pesca, caça, roça, extrativismo, venda de produtos, consumo de itens industrializados, permanência no centro urbano e impactos do programa Bolsa Família.

O registro indica que a grande maioria das famílias pesca, das 257 famílias entrevistadas, 227 responderam afirmativamente. É uma atividade que 60 famílias afirmaram realizar todo dia, 74 de duas a três vezes por semana e 30 mais de três vezes por semana. Destas famílias que pescam, mais de metade, 133, afirmou que o pescado é suficiente para a alimentação da família. No entanto, o GT-PGTA da CAIARNX aponta que há regiões onde o pescado é de acesso mais difícil e regiões onde a pesca é boa, ou seja, a distribuição dos que julgam como suficiente é desigual pelo território. O GT indica também que muitas vezes a pergunta sobre se a pesca é suficiente pode significar e implicar diferentes questões e ideias. Desde uma qualificação e reconhecimento do entrevistado como bom pescador e provedor da família, o que pode levar as pessoas a responderem sim; até a consideração de suficiente como fartura ou que nunca falta, o que pode incentivar respostas negativas.

Sobre o tamanho do peixe, 195 famílias afirmaram que nos últimos cinco anos os peixes diminuíram de tamanho e 205 disseram que a quantidade de peixe também diminuiu. Em uma pergunta sobre se o peixe estava mais arisco, 203 confirmaram essa característica. Outro fator levantado foi que 83 famílias vendem pescado. No entanto, além de ser a minoria das famílias que chegam a vender peixe, na maior parte das respostas, a venda é classificada como ocorrendo de vez em quando e raramente. Somente 3 famílias afirmaram vender peixe frequentemente. É consenso na região de que o peixe está diminuindo, além do levantamento registrar que as famílias entrevistadas na Terra Indígena têm essa percepção, o grupo de trabalho e as conferências inaurais a confirmam.

Sobre a caça, em uma pergunta sobre o que havia caçado no último mês as cinco respostas mais numerosas foram, respectivamente, pacas com 114 registros, queixadas com 47 registros e mutuns 29. Sobre se havia algum tipo de caça que deixou de existir, 87 famílias responderam que sim sendo que os animais que mais foram citados entre estes são queixadas, veados e antas.

Ter uma roça é outro item que aparece como predominante entre as famílias entrevistadas. Das 257 entrevistas familiares, 186 possuem roça, mais de 70%, a maior parte em matas velhas ou capoeiras altas. A grande parte das famílias que não têm roça na região estão no Distrito de Cucuí onde foram registradas 43 famílias que não possuem roça. Ao contrário da pesca, os produtos da roça são vendidos por uma parte considerável das famílias, 123. A farinha de maniva aparece sendo vendida por 110 famílias e é o produto mais comercializado. Seguindo o resultado do levantamento, o segundo produto mais vendido é a farinha de tapioca com 58 registros, seguido por banana com 45 registros e abacaxi e beiju, ambos com 40.

Sobre extrativismo, 31 das famílias entrevistadas na TI afirmaram vender produtos extrativistas sendo os dois produtos mais comuns a madeira e a fibra de tucum.

Quanto ao consumo de materiais industrializados, o levantamento apurou quais itens básicos as famílias consomem. O açúcar foi mencionado por 211 famílias, o café por 207 e o sabão em 177 registros. Bolacha e arroz foram registrados em 163 formulários e combustível em 107.

A entrevista perguntava sobre a avaliação da família sobre alimentação cotidiana, 132 famílias consideraram a alimentação delas como sendo boa e 124 disseram ser razo-

ável. Somente uma família afirmou que sua alimentação era ruim.

Em uma questão direcionada à permanência das famílias na cidade no último ano 30, ou 11%, disseram passar mais de quatro meses no centro urbano de São Gabriel da Cachoeira.

Como vimos pelo levantamento com as entrevistas comunitárias, nesta TI cerca de 216 famílias recebem bolsa família. Os registros indicam que as duas principais mudanças com a chegada deste benefício apontadas pelas famílias foram uma maior facilidade na compra de itens básicos de alimentação, com 139 respostas, e o melhor apoio aos filhos em idade escolar, com 106 registros. Ou seja, 95% das famílias afirmam que o benefício é usado para alimentação e materiais escolares. Para receber o benefício a maioria das famílias viaja à cidade a cada dois ou três meses (87 registros) mas há registros de famílias que viajam todo mês para a cidade, 63 casos. Estas viagens são custosas e muitas vezes consomem uma parte significativa dos recursos e vemos que é necessário adaptar e melhorar estas políticas públicas.

Dados do censo socioambiental na TI Cué Cué Marabitanas

Ao total, na TI são 1.545 as pessoas registradas pelos formulários de censo do levantamento socioambiental. Este número difere do total registrado pelos formulários comunitários onde temos 1.693 pessoas. Isto porque neste último a pergunta era feita coletivamente e o grupo presente estimava quantas pessoas e famílias há na comunidade. Já para a elaboração do censo a equipe de levantamento sentava com os/as agentes de saúde e inseria pessoa por pessoa. No formulário de censo os registros indicam etnia, sexo e idade.

Destes 1.545 registros, 767 são do sexo feminino e 778 do sexo masculino.

A etnia mais numerosa é Baré, com 1.270 pessoas. Em sequência, mas em um número bem menor, há os Baniwa com 159 pessoas, há ainda 35 pessoas Tukano e 24 Werekena. Outras etnias estão presentes, há 15 Tarianos, 10 Piratapuias, 8 Tuyukas, 5 Coripacos, 5 Desanas, 2 Arapasos, 2 Kotirias, 2 Caboclos e das etnias Bará, Hupd'äh e Kubeo há um registro no censo da TI.





IV – Propostas e demandas para gestão territorial da Terra Indígena Cué Cué Marabitanas



1) Território, governança e direitos indígenas

Problemas/ Potencialidades	Propostas	Responsáveis
Garantir a autonomia e decisão dos povos indígenas sobre o próprio território	Envolver as instâncias de governança indígena – comunidades, organizações, lideranças e FOIRN – na tomada de decisões	Associações Indígenas, Comunidades, Lideranças, FOIRN, CAIARNX, Funai e Instituições responsáveis por iniciativas em TIs
Cumprimento dos direitos das populações indígenas Garantia e participação indígena nas políticas públicas governamentais	Que os direitos assegurados via Constituição Federal sejam efetivos e plenos Garantir demarcação de terras e sua gestão Abrir, manter e aprimorar instâncias de participação indígena nas agências governamentais	Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo do Brasil

Realização de parcerias com participação dos povos indígenas e seus representantes de maneira conjunta, envolvendo consulta, planejamento e execução

Projetos esclarecidos, consentidos e construídos de forma participativa com povos indígenas e todas comunidades envolvidas

Comunidades, Associações Indígenas, FOIRN e Instituições com propósito de atuar nas TIs

Avançar no processo legal de reconhecimento da TI Cué Cué Marabitanas realizando as etapas de demarcação física e homologação da TI

Mobilizar grupo de trabalho e realizar demarcação física. Prosseguir com decreto de homologação
Apoiar discussão sobre processo de demarcação e direitos indígenas em Cucuí
Divergência: Pessoas em Cucuí contra a demarcação e divulgação de informações errôneas e tendenciosas sobre processo de demarcação e direitos indígenas

Funai, Ministério da Justiça, Presidência da República, FOIRN e Associações Indígenas

Sobreposição entre TI Cué Cué Marabitanas e Parque Nacional Pico da Neblina

Tornar essa característica como uma dupla proteção ao território e às populações
Estabelecer diálogo entre Plano de manejo do Parque Nacional Pico da Neblina e os PGTAs do médio e alto Rio Negro

Funai (MJ), ICMBio (MMA), FOIRN, ISA, CAIARNX, Associações Indígenas e Lideranças

Fortalecimento das associações indígenas de base e CAIARNX

Manter atualizado diagnóstico – com descrição política, situação jurídica e propostas de atuação – sobre associações de base
Oficinas de formação para associações
Articulação e mobilização na região para garantir participação/ representação das comunidades nas associações
Elaboração de projetos próprios das associações e fortalecimento da gestão institucional

Associações Indígenas, CAIARNX, FOIRN, ISA e Funai

Divulgação dos direitos indígenas

Elaborar material para uso das escolas indígenas
Formação de lideranças das associações de base sobre direitos indígenas
Fortalecer a rede de comunicadores indígenas do Rio Negro

Associações Indígenas, FOIRN, Funai, SEMED-SGC, SEDUC-AM, IFAM, ISA, UEA e UFAM

Motivar conselhos de anciões nas instâncias de governança existentes

Reconhecer contribuições e criar condições para participação de conhecedores(as)
Incentivar diálogos intergeracionais

Comunidades, Associações Indígenas, FOIRN e Parceiros Institucionais



2) Proteção e fiscalização territorial

— ***Yaputai kua tasaruwa ita yãde tapurukawa yane yara ita, yaputai te tamiyã, ma uba yaputai ta muapatuka yane vaji.***

Queremos que a proteção e fiscalização territorial aconteça de fato, mas que não comprometa o livre ir e vir dos povos indígenas.

**Problemas/
Potencialidades****Propostas****Responsáveis**

Falta de postos permanentes de fiscalização

Estabelecer equipe e equipamentos básicos em pontos estratégicos de fiscalização (BR 307, Cucuí, Foz do Uaupés, Foz do Içana e Foz do Xié)
Divergência: Criar uma forma de fiscalizar que não traga ônus aos moradores, por exemplo, melhorar sistema de cadastro

Funai com participação das Comunidades

Diálogo entre comunidades e Exército Brasileiro

Discutir termo de convivência entre Exército e comunidades

Associações Indígenas, Comunidades, Exército Brasileiro, Funai, FOIRN e ISA

Criar a figura de agentes indígenas de proteção

Realizar formação dos agentes que seja construída desde o início com participação das comunidades e considere as propostas de manejo do afluente Bemiti (Demiti)
Garantir condições (transporte, alimentação e ajuda de custo) para atuação dos agentes

Funai, ICMBio, Exército Brasileiro, apoio da FOIRN, Associações Indígenas e Comunidades

3) Educação escolar indígena

— Purujitasa purãga sãta kua umudusa kua yane ubuesa ruka tarese, tasikairã maã yãdarã purãgawa kua yane uyubuesa ra ta supe mye: SEMED-SGC, SEDUC-AM asui universidade ita.

Que haja diálogo e parcerias concretas entre os responsáveis da educação em procurar alternativas para melhoria da aprendizagem dos nossos filhos: SEMED-SGC, SEDUC-AM e Universidades.

Problemas/ Potencialidades

Que a história dos povos indígenas do Rio Negro seja considerada como disciplina e parte da educação dos mais jovens

Propostas

Inclusão de história indígena como disciplina escolar
Incentivo à pesquisa e formação sobre história indígena
Participação de conhecedores(as) na educação escolar diferenciada
Divergência: Modelos escolares que não levam em conta os conhecimentos indígenas

Responsáveis

Associações de Escolas Indígenas, FOIRN, MEC, SEDUC-AM, SEMED-SGC, IFAM, UEA e UFAM

Elaborar material de formação que considere os conhecimentos indígenas e não indígenas e construir bibliotecas nas escolas indígenas	Estabelecer grupos de trabalho nas comunidades reunindo conhecedores(as), lideranças, técnicos, secretarias de ensino e pesquisadores	Associações de Escolas Indígenas, Conhecedores (as), FOIRN, Funai, ISA, MEC, Professores, SEMED-SGC, SEDUC-AM, Universidades
Estabelecer momentos para discutir oportunidades após formação escolar Falta de cursos profissionalizantes	Estabelecer junto com as comunidades possibilidades de atuação para os formandos na região Direcionar formação para áreas de atuação de interesse das comunidades Prover cursos profissionalizantes em áreas de interessa das comunidades	Comunitários, Professores, Escolas de ensino médio e superior, MEC, SEDUC-AM, SEMED-SGC, IFAM, UEA, UFAM e Institutos de ensino e pesquisa
Escolas consideradas anexo devem seguir currículo da escola matriz, tirando autonomia da escola local	Possibilitar que escolas anexas tenham próprios planejamento e execução Incentivar diálogo entre escola matriz e anexos	Associações de Escolas Indígenas, MEC, SEMED-SGC, SEDUC-AM com apoio da FOIRN
Infraestrutura: apesar de constar como construídas, as condições da maioria das escolas são precárias	Consultar comunidades sobre modelo ideal para construção das escolas Otimizar recursos locais (matérias primas) para construção Construir e manter as escolas <u>Divergências:</u> Obras inacabadas. Arquitetura inadequada para região	Comunidades, Associações das Escolas Indígenas, MEC, SEMED-SGC, SEDUC-AM
Escolas multi-seriadas nas comunidades e falta de professores(as) para disciplinas específicas	Garantir professores(as) qualificados; realizar formação continuada destes Planejar carga horária considerando diferentes níveis de alunos(as)	MEC, SEDUC-AM, SEMED-SGC, Professores(as), Gestores, Coordenadores Pedagógicos e Diretores das Escolas Indígenas

Elaboração e aprovação dos PPPIs
As comunidades muitas vezes não conhecem os modelos e propósitos dos PPPIs
Exigências e modelos dos PPPIs não são consensuais entre escolas, secretarias e comunidades

Que os PPPIs considerem que o ensino é para gerir nossas vidas, para gerir nossas terras e não só como instrumento da escola

Estabelecer um modelo de PPPI em acordo comum entre docentes, comunidades e secretarias de ensino

Acelerar aprovação e revisão dos PPPIs elaborados

Informação para as comunidades saberem em qual etapa estão os PPPIs.

Detalhar e comunicar situação dos PPPIs

Falta acompanhamento qualificado para elaboração e implementação dos PPPIs

Os PGTA's podem apoiar no entendimento de itens importantes para os PPPIs como valorização cultural, segurança alimentar e sustentabilidade econômica

Possibilidade de um PPPI geral para guiar os Projetos das comunidades

Associações de Escolas Indígenas, Conhecedores(as), MEC, Conselhos Municipal e Estadual de Educação, Professores(as), SEDUC-AM, SEMED-SGC, IFAM, UFAM e UEA, FOIRN, Funai, ISA

O calendário da SEMED-SGC para as comunidades não segue um padrão constante

Estabelecer padrão em conjunto com comunidades

Associações de Escola Indígena, Comunidades, SEMED-SGC e SEDUC-AM

Educação de Jovens e Adultos, falta professores com formação específica
Horários e calendários não são favoráveis aos jovens e principalmente adultos mais velhos

Estabelecer programa de formação para lecionar no EJA

Criar calendário e estabelecer horários inclusivos

SEDUC-AM e SEMED-SGC, Associações de Escolas Indígenas, Professores(as), SEDUC-AM e SEMED-SGC

<p>Merenda regionalizada reforça a ligação entre escola e comunidade que ganham autonomia (menos dependência das Secretarias), aumenta o poder de compra da comunidade para itens escolares como material didático, reduz a produção de lixo e aumenta a qualidade nutricional da merenda</p>	<p>Planejamento das compras. Quantidade deve ser calculada para o ano todo Falta de critérios para o gasto dos recursos O responsável pela compra precisa ter relação com a escola Valorização dos alimentos tradicionais na merenda escolar Garantir a participação dos produtores(as) e associações no PNAE e PAA</p>	<p>Agricultores, Associações de escolas, comunitários, MEC, SEDUC-AM, SEMED-SGC, PNAE e PAA</p>
<p>Falta presença da equipe técnica das Secretarias de Educação nas comunidades</p>	<p>Pedagogos e APIs devem trabalhar juntos nas comunidades</p>	<p>APIs, Professores(as), SEMED-SGC, SEDUC-AM, Gestores, Coordenadores e Diretores de Escolas</p>
<p>Estabelecer um modelo de escola que combine moradia e recursos para alimentação dos alunos (roças, criadouros de animais)</p>	<p>Discutir e usar como referência a experiência das escolas piloto do projeto de educação FOIRN e ISA</p>	<p>Comunitários, Professores(as) e lideranças envolvidos nas escolas piloto, SEMED-SGC, SEDUC-AM, IDAM</p>
<p>Propor espaços de estudos na prática Implantar metodologia de ensino via pesquisa</p>	<p>Incentivar intercâmbios entre escolas piloto e escolas da região da CAIARNX Elaborar junto com as escolas e comunidade metodologia de ensino via pesquisa. Inserir esta nos PPPIs</p>	<p>Escolas Indígenas, Professores(as), SEDUC-AM, SEMED-SGC com apoio da FOIRN e do ISA</p>

<p>Falta de transporte escolar A distribuição do combustível para o transporte escolar não é bem organizada Falta coordenação entre SEMEC e SEDUC para otimizar recursos de combustível</p>	<p>Adquirir meios de transporte para escolas Organizar para que distribuição do combustível chegue às comunidades Aumentar o diálogo de planejamento entre SEMED-SGC e SEDUC-AM</p>	<p>SEDUC-AM e SEMED-SGC (DEEI), APIs, Escolas Indígenas, FOIRN</p>
<p>Instalação de internet nas escolas</p>	<p>Garantir acesso à internet aos estudantes e professores Incentivar pesquisa, trocas de conhecimentos Garantir acesso à informação</p>	<p>Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, SEDUC-AM, SEMED-SGC</p>
<p>Salário atrasado de professores, falta de contrato de longo prazo com professores. Falta de planejamento para a contratação no efetivo do quadro de funcionários qualificados</p>	<p>Regularizar e cumprir contrato de professores(as), gestores(as), diretores(as) e pedagogos(as) Realizar concursos periódicos para indígenas Efetivar professores(as) após 5 anos de trabalho</p>	<p>SEDUC-AM e SEMED-SGC</p>
<p>Falta de distribuição adequada do material didático</p>	<p>Estabelecer e cumprir cronograma de entrega dos materiais Comunicar com antecedência cronograma de distribuição</p>	<p>SEDUC-AM e SEMED-SGC</p>
<p>Considerar e usar como referência os documentos do TEE-RN (Território Etnoeducacional do Rio Negro)</p>	<p>Realizar planejamento e discussões sobre educação escolar indígena a partir de acordos e documentos pactuados no TEE Executar propostas pactuadas no TEE-RN</p>	<p>MEC, SEDUC-AM e SEMED-SGC, Associações de Escolas Indígenas, Professores (as), APIs, FOIRN, CAIARNX, IFAM, UFAM, UEA</p>

Há comunidades com problemas de avaliação dos professores(as). Apontam que não seguem os calendários, sugerem substitutos não qualificados e quebram acordos comunitários

Incentivar o diálogo e planejamento entre comunidade e professores(as)
Realizar seleção técnica dos professores(as)

Comunitários, pais, mães, estudantes e gestores das escolas



4) Saúde Indígena

— Manugaraita yãbeuwaita asui yaputai waita kua saude resewara usika mudusaita resé tamãra maãta yaputaiwaita yaiku kuarupi.

As propostas indígenas para a saúde chegam para que as prioridades sejam reconhecidas e praticadas e para que haja melhoria na questão de saúde na área indígena.

**Problemas/
Potencialidades**

Propostas

Responsáveis

**Valorizar a medicina tradicional e seus conhecedores (as)
Reconhecer oficialmente a contribuição de benzedores e parteiras à saúde**

Inserir conhecedores(as) no quadro das equipes do DSEI-ARN e CASAI
Incentivar diálogo entre tratamentos e profilaxia tradicionais e medicina ocidental

CASAI, Comunitários, Conhecedores(as)
DSEI-ARN, SESAI

Criar um espaço de cultivo e preparação de remédios tradicionais que opere como centro de referência para pesquisa e distribuição

Estabelecer cuidados e regras pelos(as) conhecedores(as) e mecanismos para evitar a apropriação indevida, sem consulta, de conhecimentos
Buscar formas apropriadas de circulação de remédios tradicionais entre os povos indígenas
Discutir a comercialização de remédios para trazer recursos financeiros aos conhecedores(as)

Comunitários, Conhecedores(as) com apoio do DSEI-ARN e SESAI

A presença das equipes de saúde varia muito de acordo com a época, com o gestor e os esforços da equipe

Estabelecer agenda padronizada considerando demandas das comunidades e comunicar agenda para estas

AISs, Comunidades, DSEI-ARN, Equipes de atendimento

Agentes Indígenas de Saúde (AISs) precisam ter mais apoio e reconhecimento de sua importância

Reconhecer AISs como parte essencial do atendimento à saúde
Incluir AISs no planejamento e instâncias de decisão do DSEI-ARN
Garantir ajuda de custo e insumos básicos para que AISs possam exercer suas funções

DSEI-ARN, CONDISI (distrital e local), SESAI e Ministério da Saúde

Falta de medicamentos e infraestrutura

Garantir fornecimento regular de medicamentos
Ter estoque adequado para medicamentos
Realizar manutenção no Pólo Base de Juruti

DSEI-ARN, CONDISI (distrital e local) e SESAI

Melhoria no transporte de pacientes

Adquirir voadeiras, barcos e viaturas apropriadas – com proteção contra intempéries do tempo, bancos e macas – para o transporte de pacientes
Realizar o resgate primeiro e depois checar a documentação dando autonomia à equipe local

DSEI-ARN e SESAI

**Consumo de álcool,
principalmente por
jovens**

Orientar e informar sobre o consumo de álcool, sobre os diferentes tipos de bebida, a origem de cada uma e as consequências do consumo

Formação de um grupo –
interinstitucional e com presença de lideranças – que discuta e mobilize sobre o consumo de álcool

Na região do Alto Rio Negro é necessário encontros entre os comerciantes de Cucuí e lideranças para estabelecer regras

Na região de Cucuí, a não finalização do processo de demarcação complica organizar o consumo e distribuição

AISs, Comunitários, DSEI-ARN, SESAI, Funai, CGID-Funai, CRRNG-Funai, e Ministério da Justiça. Exército, Comerciantes, Associações Indígenas, FOIRN, Conhecedores(as), Escolas Indígenas, Lideranças

**Problemas de
saúde relacionados
ao consumo de
produtos alimentícios
industrializados**

Conscientização pelos AISs, e equipe do DSEI sobre malefícios do excesso de sal (hipertensão) e de açúcar (cáries e diabetes), conservas, e outros alimentos industrializados como agrotóxicos, hormônio e antibióticos dos frangos

Valorizar as conhecedoras: levantamento das conhecedoras, e oficinas de culinária indígena

Resgate da prática de fazer o sal tradicional e outras práticas alimentares tradicionais

Garantir merenda regionalizada de alto valor nutritivo

Comunidades, AISs, e DSEI-ARN, SEMED-SGC, SEDUC-AM

5) Infraestrutura, Comunicação, Lixo e Saneamento

Problemas/ Potencialidades	Propostas	Responsáveis
Expansão e melhoria da rede de radiofonia Uso indevido da rede de radiofonia	Compra de novas estações e manutenção das existentes Uso responsável da radiofonia Conscientização e respeito ao protocolo de uso Formação em manutenção dos rádios para as comunidades Comunidades responsáveis pelo uso e manutenção dos rádios. Não só a FOIRN <u>Divergências:</u> Caso a radiofonia seja usada em horário inapropriado para motivos que não forem de emergência, remanejar a radiofonia para outra comunidade	Comunidades, Lideranças, Associações Indígenas, DSEI-ARN, FOIRN, Funai, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, SEDUC-AM, SEMED-SGC
Expansão e melhoria na qualidade da rede telefônica	Instalação e manutenção de aparelhos Uso responsável pelas comunidades	MCTIC, Companhias Telefônicas, Comunitários
Instalação de internet nas comunidades	Garantir acesso à informação e pesquisa na TI Garantir comunicação interna e externa à TI	GESAC, MCTIC, Companhias Telefônicas
Disponibilizar energia nas comunidades com atenção para convívio e formas não dependentes de diesel	O uso de energia aumenta o bem estar e traz informações, mas pode atrapalhar o convívio comunitário A energia pode apoiar em iniciativas como educação, conservação e preparação de alimentos, mobilização das comunidades (reuniões e festas) Evitar fontes que dependam da queima de combustível, conhecer mais sobre iniciativas de energia solar, opções de geração via hidroelétrica/ hidrocinética e eólica	Oliveira Energia, (antiga CEAM) Comunidades, Ministério de Minas e Energia

<p>Gestão do lixo nas Terras Indígenas Problemas de acúmulo de lixo Contaminação via pilhas e baterias</p>	<p>Ter um programa de gestão para lixo em TIs. Criação de lugares específicos para destinar lixo Conscientização sobre separação e destino de lixo Oficinas de reciclagem nas escolas e comunidades Criar e divulgar informativo com instruções sobre diferentes tipos de lixo e como destina-los Criar um programa para informar sobre pilhas e recolher estas com as comunidades Buscar outras fontes de energia, para recarregar aparelhos eletrônicos</p>	<p>Política Nacional de Resíduos Sólidos (Casa Civil-Presidência), MMA, MS, MME, Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, SEDUC-AM, SEMED-SGC, DSEI-ARN, Comunidades, Escolas Indígenas, Instituições, Associações e Cooperativas, que trabalham com reciclagem</p>
<p>BR 307 Trecho nas proximidades de Cucuí e São José/Ponte sem manutenção e apresentando perigos aos moradores</p>	<p>Realizar manutenção periódica, principalmente das pontes</p>	<p>DNIT, Exército, Funai, ICMBio, Secretaria do Meio Ambiente (AM), MMA, Polícia Rodoviária Federal</p>
<p>Que as informações sobre obras, reformas e manutenção sejam concretas e atualizadas pelas instituições responsáveis</p>	<p>Realizar reuniões comunitárias ou distribuir informes escritos e via radiofonia sobre obras Respeitar o direito à consulta dos povos indígenas</p>	<p>Instituições que realizam obras em TIs e setores públicos responsáveis</p>

6) Manejo e iniciativas produtivas

Problemas/ Potencialidades	Propostas	Responsáveis
Elaborar Plano de Manejo de recursos estratégicos como pesca, madeira e caça	Oficinas de levantamento de informação Elaboração de acordos intercomunitários sobre uso dos recursos Formação de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental	Associações Indígenas, Comunidades, FOIRN, Funai, MMA, ISA
Estruturar rede de produtos da roça e do extrativismo para comercialização	Oficinas de identificação de atores, de comercialização, formação de preços e planos de negócios Criar local para venda e beneficiamento de produtos da roça <u>Divergência:</u> Exploração de recursos minerais	Associações Indígenas, FOIRN, Funai, IDAM, ISA, MMA
Estruturar iniciativas de turismo de base comunitária	Levantar possibilidades e interesses das comunidades Elaborar Plano de Visitação em conjunto com as comunidades Realizar formação e prover assessoria à gestão de iniciativas de turismo	Associações Indígenas, Comunidades, FOIRN, Funai, ISA
Projetos de Substituição de alimentos comprados por plantação	Identificar comunidades interessadas Realizar estudo de viabilidade Oficinas de pactuação sobre venda e troca dos produtos entre comunidades	Associações Indígenas, Comunidades, IDAM, Funai e FOIRN



7) Cultura e Salvaguarda de Patrimônio Socioambiental

Problemas/ Potencialidades	Propostas	Responsáveis
Valorização e reconhecimento da importância dos conhecedores(as), benzedores, parteiras, agricultoras e pessoas de notório saber para a gestão territorial e bem viver	Incluir conhecedores(as) nas instâncias de tomada de decisão e em processos de formação com reconhecimento oficial e apoio	Associações Indígenas, Comunidades, Conhecedores(as) DSEI-ARN, Funai, FOIRN, SEDUC-AM, SEMED-SGC
Registro e patrimonialização dos lugares sagrados	Mapear e registrar narrativas sobre lugares sagrados Criar estratégia contra pressões como depredação, desconhecimento e desvalorização da cultura indígena Fazer destes locais espaços de aprendizagem e oportunidade de convívio intergeracional	IPHAN, Secretarias de Cultura, Associações Indígenas, Conhecedores(as) FOIRN, Funai e ISA

8) Mulheres e jovens

Problemas/ Potencialidades	Propostas	Responsáveis
Fortalecer as associações de mulheres indígenas	<p>Promover encontros e articulação das associações de mulheres indígenas</p> <p>Realizar oficinas de gestão das associações das mulheres</p> <p>Formar núcleos e grupos de trabalhos de mulheres indígenas</p> <p>Incluir participação destas associações nas instâncias do movimento indígena e fortalecer suas ações de representação, elaboração de projetos e prestação de eventos</p> <p>Envolvimento do Departamento de Mulheres da FOIRN e da AMIARN na gestão territorial</p>	<p>Associações Indígenas, Comunidades, Lideranças, Funai, FOIRN e ISA</p>
Promover parcerias e trocas de experiências com outras Associações Indígenas	<p>Estabelecer parcerias que fortaleçam o reconhecimento e mobilização de propostas de mulheres indígenas</p>	<p>AMIARN, Associações Indígenas, DMIRN-FOIRN, Instituições atuantes na TI</p>
Realizar oficinas com jovens sobre movimento e direitos indígenas	<p>Dialogar com jovens sobre a história do movimento indígena e de direitos como a demarcação de TIs e o direito à consulta prévia</p>	<p>FOIRN, Funai, Lideranças Indígenas, Associações de Base, CAIARNX e Parceiros</p>
Fortalecer a mobilização e incentivar iniciativas de interesse da juventude indígena	<p>Apoiar núcleos de jovens indígenas</p> <p>Realizar eventos e oficinas de formação de temas de interesse dos jovens</p>	<p>Jovens moradores das comunidades, Lideranças, Associações Indígenas, CAIARNX, DAJIRN-FOIRN, Funai e Parceiros</p>

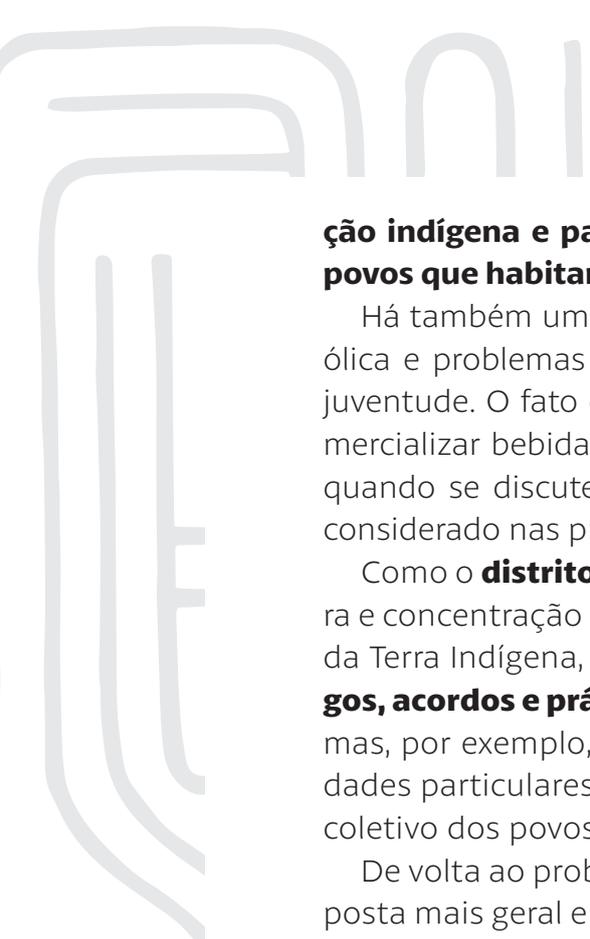


V – Indicações para resolução de conflitos na Terra Indígena Cué Cué Marabitanas

Durante o processo de elaboração dos PGTAs, os grupos de trabalho divididos por associações indígenas identificaram conflitos e propuseram ações para mitigar e buscar a resolução destes. Os temas dos conflitos discutidos são territoriais, intercomunitários, de migração e de entrada de bebidas alcoólicas.

Os relacionados a recursos territoriais envolvem a invasão de territórios tradicionais das comunidades e famílias com fins de extração de madeiras, criação de roças, retirada de árvores frutíferas no tempo inadequado ou de maneira errada, caçarias e pescas com práticas predatórias (arrastão, malhadeiras, careta ou máscara de mergulho, pesca na época de piracema). **As oficinas de conscientização, o diálogo e a construção de acordos comuns com todos envolvidos foram as propostas mencionadas. Alguns locais específicos foram destacados, como os igarapés nas regiões do Bemiti, Ení, Mabí e Maboá.** Locais de importância para a gestão do território e da vida também devem ser respeitados com **mapeamento de lugares sagrados e registro das narrativas e práticas sobre estes locais e a história dos povos que ali viveram e vivem.**

Por nossa Terra Indígena estar em uma região fronteiriça a imigração também é um tema que deve ser organizado e discutido melhor com as comunidades. Foi observado que a migração não é ordenada, são criados novos sítios e comunidades sem consultar moradores e falta diálogo e esclarecimento tanto com quem migra entre Brasil e Venezuela (e Colômbia numa escala menor) como com as comunidades que estão na TI há bastante tempo. Como as fronteiras nacionais se sobrepuseram a nossos territórios tradicionais, esperamos que haja **diálogo e cooperação entre as instituições dos 3 países para que políticas apropriadas sejam organizadas com participa-**



ção indígena e para que não sejam criadas dificuldades para os povos que habitam essa região transfronteiriça.

Há também uma entrada em grande quantidade de bebida alcoólica e problemas com o consumo exagerado, principalmente pela juventude. O fato dos comerciantes em Cucuí poderem ou não comercializar bebida alcoólica é um dos principais temas que surgem quando se discute e conversa sobre a Terra Indígena. Este fato foi considerado nas propostas acima na parte da saúde.

Como o **distrito de Cucuí** é um assentamento com mais estrutura e concentração populacional do que as comunidades no restante da Terra Indígena, é preciso **buscar promover uma série de diálogos, acordos e práticas relevantes para o distrito**. Um dos problemas, por exemplo, é a venda de terrenos como se fossem propriedades particulares dentro da TI, o que traz conflitos neste território coletivo dos povos indígenas.

De volta ao problema de consumo excessivo de álcool, outra proposta mais geral e preventiva, é a de conscientizar líderes, pais, professores, agentes de saúde sobre o que pode ser feito localmente, de forma participativa. Em geral, **propomos que questões sobre o convívio social devem ser abertas e tratadas por fóruns comunitários** como por exemplo, as associações, os conselhos de educação e saúde, centros comunitários e eventos intercomunitários como torneios esportivos, festas de santo, santa ceia e conferências evangélicas.





VI – Conclusão e prioridades

O que está no nosso PGTA é importante para as comunidades. Trabalhamos muito tempo para organizarmos e chegarmos aos consensos e propostas. Lemos documentos antigos e relembramos a história de nossa luta pelo território indígena e pelo bem viver. Neste processo aprendemos e estamos atentos às atribuições de cada instituição do Estado que deve garantir que os direitos indígenas sejam respeitados e efetivos. Já, com as instituições da sociedade civil que executam iniciativas na Terra Indígena, deve haver parceria, boa fé e as propostas devem ser construídas junto com as comunidades desde o início. Não queremos que responsabilidades sejam confundidas, queremos que estas sejam claras e que o trabalho das instituições seja de qualidade, transparente e busque o melhor para nós vivermos bem em nosso território.

O PGTA foi construído para ser um instrumento efetivo para nosso diálogo interno e para apoiar a interlocução com instituições responsáveis por políticas públicas e à frente de iniciativas em geral.

Nas ocasiões de conversas, oficinas, seminários, assembleias e reuniões que realizamos para construir este plano dissemos que prioridade é tudo que está aqui. No entanto, vemos que temos tido algumas conquistas nas áreas de educação e saúde e estas precisam ser aprofundadas. Para isso iremos cobrar as instituições e fazer. Precisamos criar um sistema de **transporte escolar, construir escolas e garantir que nossas línguas, cultura, crenças, costumes e tradição não sejam extintos.**

Já o saneamento é algo inexistente na TI, precisamos que **poços e sistemas de abastecimento de água sejam construídos** nas comunidades e é preciso estabelecer uma **gestão apropriada do lixo.**

Outra prioridade é estabelecer um **processo para que as comunidades cheguem a acordos comuns.** É preciso que haja diálogo entre os moradores e que os limites, conhecidos pelos moradores, sejam acordados e respeitados. Para isso, nós como povos

indígenas precisamos nos respeitar, afinal, comunidade quer dizer comunhão e estamos juntos nessa gestão do nosso território. Nossos parceiros podem nos apoiar por meio de oficinas de mapeamento e manejo.

**— Yasaru kua muatisa suiwa umudusa
yane retama rese uma yãde yepeasu,
asui urespeitai yãde. Asui sude kiti
yayumukiriba yane rikusaita rese, yane
yega rese asui yamã duaisaita rese yane
rikue rupiaita. Yaputai umudusa urui yãda
pitasukasa yaikurã ti marese kuiri asui uri
waita supe kua rire xiga.**

Esperamos que a partir da consolidação do plano, nosso território seja gerido de forma humanitária e respeitosa.

E que no futuro sigamos fortalecidos culturalmente, linguisticamente e politicamente. Pois o plano é para garantir a segurança do bem viver da geração atual e das futuras, trazendo benefícios de forma coletiva.





Lista de comunidades e sítios visitados pelo levantamento socioambiental (FOIRN e ISA, 2016 e 2017)

Comunidades

Acobuco
Amiu
Bom Jesus
Cauburis
Cucuí: (Centro I, Ilha, Carara Poço)
Cué Cué
Juruti
Mabé
Macedônia
Madahaico (Canaã)
Nossa Senhora Auxiliadora
Nova Jerusalem
Nova Vida
Quandu
Santa Maria
São José/Ponte
São José de Marabitanas
(São José II)
São Pedro foz do Eni
São Sebastião
Vista Alegre
Xibaru

Sítios

Aparecida
Iauaraquara
São José
Boa Vista
Cantagalo
Floresta
Nova Esperança
Santa Bárbara
São José II
São Luis II
Travessia
Ursula
Waraba
Nova Esperança

Siglário

ACIARN Associação das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro

ACIBARN Associação das Comunidades Indígenas Baré do Alto Rio Negro

ACIPK Associação das Comunidades Indígenas Putira Kapuamu

AIDCC Associação Indígena de Desenvolvimento Comunitário de Cucuí

AMIARN Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro

API Assessor Pedagógico Indígena

CAIARNX Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié

CASAI Casa de Apoio à Saúde do Índio

CGID Coordenação Geral de Identificação e Delimitação

CONDISI Conselho Distrital de Saúde Indígena

DAJIRN Departamento dos Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro da FOIRN

DMIRN Departamento das Mulheres Indígenas do Rio Negro da FOIRN

DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral

DSEI ARN Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro

EJA Educação de Jovens e Adultos

FOIRN Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

Funai Fundação Nacional do Índio

Funai CR-RNG Coordenação Regional do Rio Negro, Fundação Nacional do Índio

GESAC Serviço de Atendimento ao Cidadão, programa de inclusão digital do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTIC

GT Grupo de Trabalho

ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDAM-AM Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IFAM Instituto Federal do Amazonas

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISA Instituto Socioambiental

MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCTIC Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação

MD Ministério da Defesa

MEC Ministério de Educação

MIN Ministério da Integração Nacional

MMA Ministério do Meio Ambiente

MME Ministério de Minas e Energia

MPF Ministério Público Federal

MS Ministério da Saúde

OCIARN Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro

OINV Organização Indígena Nova Vida

PAA Programa de Aquisição de Alimentos

PGTAs Planos de Gestão Territorial e Ambiental

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNGATI Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

PPPI Projeto Político Pedagógico Indígena

SAT-RN Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro

SEDUC-AM Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas

SEMA-AM Secretaria do Meio Ambiente do Amazonas

SEMATUR-SGC Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de São Gabriel da Cachoeira

SEMED-SGC Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira

SEMPA-SGC Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento de São Gabriel da Cachoeira

SEPROR-AM Secretaria de Produção do Amazonas

SESAI Secretaria Especial de Saúde Indígena

SGC São Gabriel da Cachoeira

TI Terra Indígena

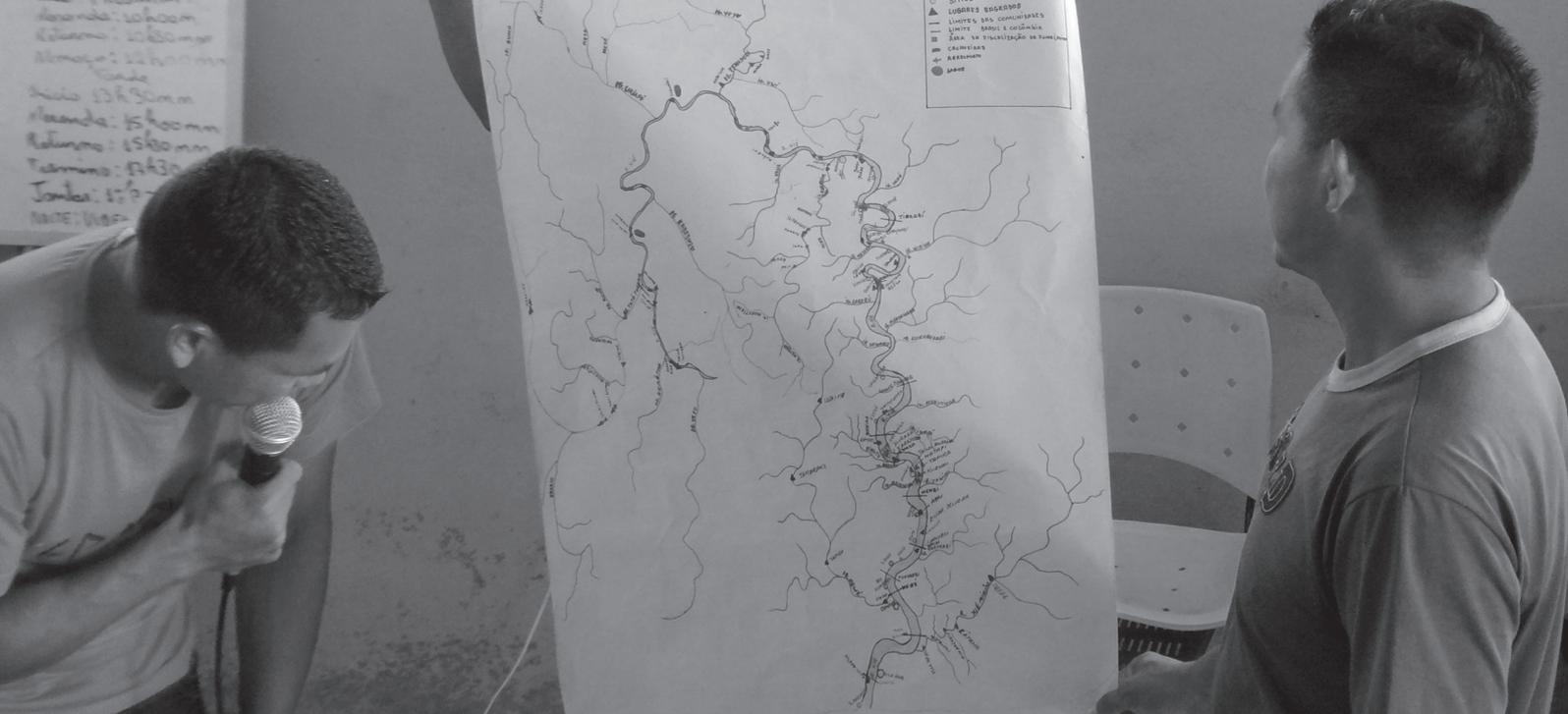
UFAM Universidade Federal do Amazonas

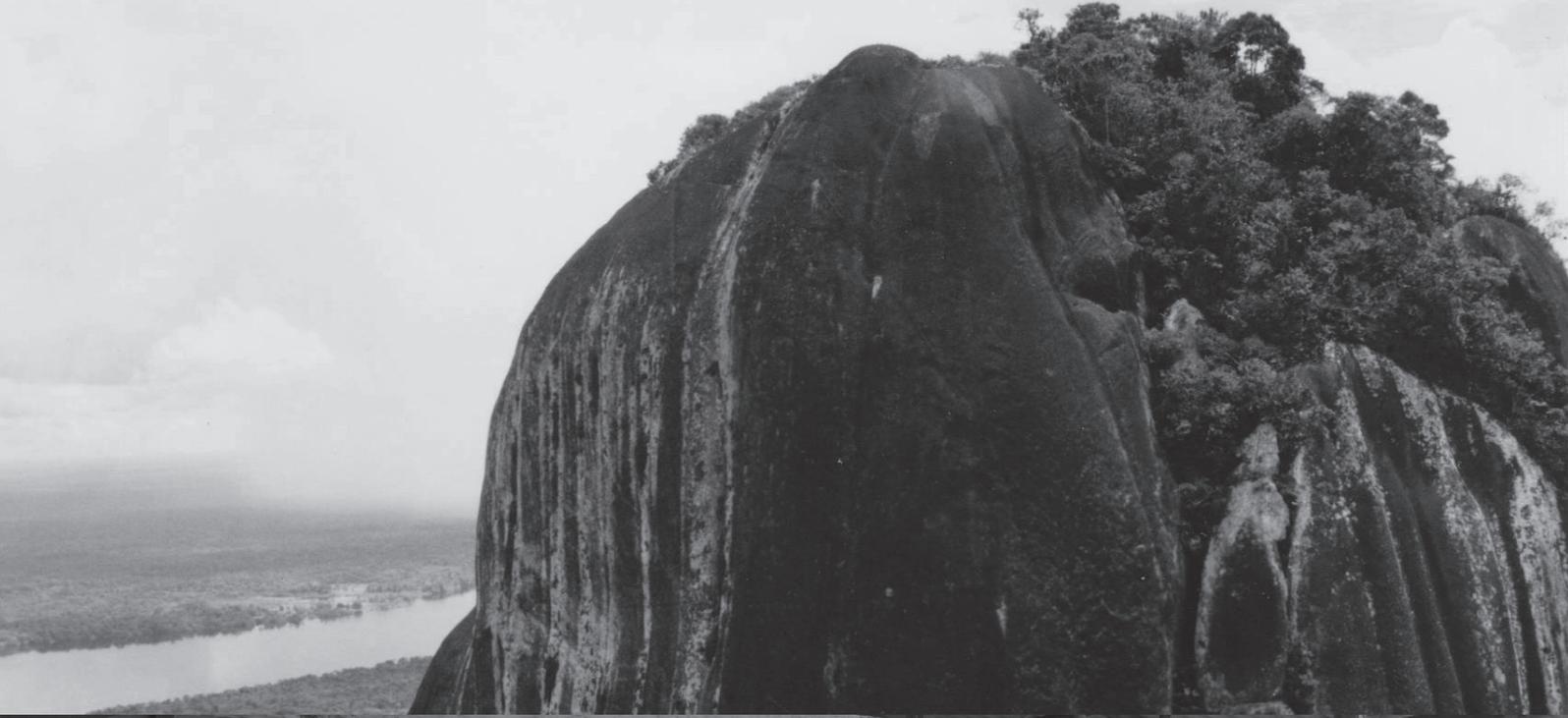












Legendas e créditos das imagens

Página 47

Foto VIII – Telecentro do ISA durante oficina para o levantamento socioambiental, 2016. Renato Martelli Soares/ISA.

Foto IX – Exercício para o levantamento socioambiental durante treinamento do GT PGTA na comunidade do Yamado, 2016. Renato Martelli Soares/ISA.

Foto X – Pascoal Gonçalves Filho, Baré da comunidade Açaituba, coordenador da CAIARNX 2017-2020, 2016. Renato Martelli Soares/ISA.

Página 48

Foto XI – GT em oficina inaugural na comunidade Juruti, 2015. Renato Martelli Soares/ISA.

Foto XII – Participantes na assembleia regional da CAIARNX para validação do PGTA da região do Alto Rio Negro, Xié e Balaio, 2018. Renato Martelli Soares/ISA.

Foto XIII – Antonio Candido Baltazar, Werekena da comunidade Santa Cruz do Rio Xié, membro da coordenação CAIARNX 2017-2020, 2016. Renato Martelli Soares/ISA.

Página 49

Foto XIV – Adelina de Assis Sampaio, pesquisadora indígena para o levantamento socioambiental, 2016. Renato Martelli Soares/ISA.

Foto XV – GT em oficina inaugural na comunidade Juruti, 2015. Renato Martelli Soares/ISA.

Foto XVI – Participantes da oficina inaugural do PGTA realizada em Juruti organizam a logística para retorno às suas comunidades, 2015. Renato Martelli Soares/ISA.

Página 50

Foto XVII – Alberto Camico, colaborador no levantamento socioambiental, 2016. Renato Martelli Soares/ISA.

Foto XVIII – Ponte quebrada no distrito de Cucuí, 2016. Renato Martelli Soares/ISA.

Foto XIX – Casa no Distrito de Cucuí, TI Cué Cué Marabitanas, 2016. Renato Martelli Soares/ISA.

Página 51

Foto XX – GT do rio Xié na oficina inaugural do PGTA realizada em Juruti apresenta mapa mental elaborado, 2015. Renato Martelli Soares/ISA.

Foto XXI – Grupo da CAIARNX discute sobre mapa na oficina de consolidação das etapas de consultas sobre as informações dos PGTA, Ilha de Duraka, 2017. Renato Martelli Soares/ISA.

Foto XXII – Nilson Farias, colaborador no levantamento socioambiental, 2016. Renato Martelli Soares/ISA.

Página 52

Foto XXIII – Pedra de Cucuí com Rio Negro ao fundo. Wolfgang Grunberg, 1995.

Foto XXIV – Alojamento em Juruti durante oficina inaugural, 2015. Renato Martelli Soares/ISA.

Foto XXV – Centro comunitário de Juruti durante oficina inaugural, 2015. Renato Martelli Soares/ISA.

